

Na canetada

ANTONIO FERRO 14 AGOSTO 2023 | 3min de leitura



Editorial

Um comunicado inesperado da SPTrans (órgão gerenciador do transporte coletivo urbano paulistano) pegou de surpresa as operadoras de ônibus do sistema, como também a este editorial que acompanha o setor. Em Carta Circular, a Superintendência de Contratos do Sistema de Transporte comunicou que, a partir da data de 17 de outubro de 2022, nenhum novo ônibus com motor movido a diesel será aceito na frota que realiza os serviços locais.

A cidade de São Paulo possui a Lei Municipal nº 16.802/2018 (Mudanças Climáticas) e que tem como meta a substituição da atual frota de ônibus (no mínimo 20%) por modelos elétricos até o fim de 2024, já que esta é a

tecnologia que mais atende os objetivos de redução de poluentes na atualidade, segundo informa, em nota, a SPTrans.

No entanto, não há, de maneira expressa e divulgada, informações minuciosas de que somente os ônibus elétricos 100% a baterias serão a solução para os problemas de poluição gerados pelo transporte paulistano. Segundo a mencionada lei, algo tendencioso está ligado a eletrificação do transporte sem levar em consideração que há, no mercado brasileiro, outras opções em tração limpa – biometano e sua viabilidade econômica e operacional; diesel verde e HVO – ainda em estudos.

Apesar de ser a maior cidade do Brasil e ter no ônibus o seu principal meio de mobilidade coletiva, São Paulo não escolheu a melhor forma para promover eficiência ao modal em termos de sistemas prioritários e modernos, como os corredores de BRT (Trânsito Rápido de Ônibus). Deixou de lado o investimento que poderia desempenhar um papel significativo para os deslocamentos de seus habitantes, permitindo que os ônibus possam ter maior velocidade e promovam a redução das emissões poluentes.

Com a canetada proporcionada pela gestão pública do transporte, os ônibus elétricos, como querem os formadores de opinião ligados à área de meio ambiente, continuarão parados em meio ao trânsito dominado pelos automóveis. Com certeza não queimarão mais diesel e sim eletricidade.

Para o SPUrbanuss, Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo, essa medida, afobada, sem o bom senso e que mexe com uma mudança de magnitude, joga por terra todo o planejamento que estava sendo feito entre a entidade representativa e o poder público municipal no tocante a encontrar soluções quanto ao investimento na nova tecnologia veicular e de infraestrutura de recarga elétrica, debater as melhores condições operacionais e conhecer a

eficiência das baterias, visando a eletrificação do setor, sem sustos e com viabilidade.

Decisões arbitrárias podem colocar em xeque algo de fundamental no desenvolvimento urbano, que é o desempenho tão ensejado para que a mobilidade urbana seja positiva. Pelo lado das transportadoras, faltam ainda respostas quanto a obrigatoriedade de se investir na tecnologia sem saber se haverá aditivos contratuais relacionados aos veículos com custos que chegam três vezes mais caro que um modelo a diesel. Qual será o modelo de financiamento? E quanto aos ônibus a diesel que já foram adquiridos e agora não poderão mais entrar no sistema, o que serão deles?

O comunicado da SPTrans não traz menção sobre quem determinou a troca da frota, muito menos gera luz para um debate mais amplo e necessário quanto a adoção de novas tecnologias de tração limpa para os ônibus urbanos. Temos todas as condições de propiciar um grande programa de renovação veicular dedicado à redução das emissões poluentes. Para isso, a indústria brasileira, os especialistas e os operadores poderão se unir para alcançar sucesso nesse tema.

Só não podemos aceitar amadorismo, imposições e muito menos interesses escusos envolvidos com tal proposta.

Imagem – Revista AutoBus